

Os Diplomas Legais, Os Ministérios e os seus Ministros e as Direcções Gerais, que regularam a Escola de Ensino Técnico, ITFI - Instituto Técnico de Formação e Investigação (“Intensiva” até 1981), desde a sua criação, no final da década de 60, até á parte final da década de 90 do século XX.

[Lei n.º 2025. D.R. n.º 139, Série I de 1947-06-19](#)

Presidência da República

Promulga a reforma do ensino técnico profissional

(Diploma sobre o Ensino Público, mencionado unicamente como referência do ensino Médio Técnico-profissional privado)

[Lei n.º 2033. D.R. n.º 138, Série I de 1949-06-27](#)

Ministério da Educação Nacional

Promulga as bases do ensino particular

[Decreto-Lei n.º 37028. D.R. n.º 198, Série I de 1948-08-25](#)

Ministério da Educação Nacional - Gabinete do Ministro

Determina que a Direcção-Geral do Ensino Técnico Elementar e Médio passe a denominar se Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional e insere disposições relativas ao ensino profissional industrial e comercial

[Decreto n.º 37029. D.R. n.º 198, Série I de 1948-08-25](#)

Ministério da Educação Nacional - Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional

Promulga o Estatuto do Ensino Profissional Industrial e Comercial

(Diploma sobre o Ensino Público, mencionado unicamente como referência do ensino Médio Técnico-profissional privado)

[Decreto-Lei n.º 37544. D.R. n.º 197, Série I de 1949-09-08](#)

Ministério da Educação Nacional

Constitui a Inspeção do Ensino Particular - Estabelece as taxas a cobrar por diferentes actos dos serviços do ensino particular e revoga o § 2.º do artigo 12.º do [Decreto-Lei n.º 32241](#)

[Decreto n.º 37545. D.R. n.º 197, Série I de 1949-09-08](#)

Ministério da Educação Nacional

Promulga o Estatuto do Ensino Particular

[Decreto-Lei n.º 38031. D.R. n.º 224, Série I de 1950-11-04](#)

Ministério da Educação Nacional - Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional

Organiza o ensino técnico médio dos ramos industrial e comercial

(Diploma sobre o Ensino Público, mencionado unicamente como referência do ensino Médio Técnico-profissional privado)

[Decreto n.º 38231. D.R. n.º 79, Série I de 1951-04-23](#)

Ministério da Educação Nacional - Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional

Promulga o Regulamento dos Institutos Comerciais

(Diploma sobre o Ensino Público, mencionado unicamente como referência do ensino Médio Técnico-profissional privado)

[Decreto n.º 38904. D.R. n.º 200, Série I de 1952-09-09](#)

Ministério da Educação Nacional - Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional

Introduz alterações no [Decreto n.º 38231](#), que promulga o Regulamento dos Institutos Comerciais (Diploma sobre o Ensino Público, mencionado unicamente como referência do ensino Médio Técnico-profissional privado)

Para os interessados em aprofundar os regulamentos públicos do Ensino Médio Técnico Profissional, aconselho a ver também: Decretos-Lei 38298 e 42583, Decretos 38899, 38904, 42584 e 43140, assim como o Regulamento dos Institutos Industriais Decreto 38032.

[Decreto-Lei n.º 41192. D.R. n.º 162, Série I de 1957-07-18](#)

Ministério da Educação Nacional - Inspeção do Ensino Particular

Inserir disposições relativas à matrícula de alunos nas diversas modalidades do ensino particular - Permite ao Ministro da Educação Nacional autorizar que os alunos de qualquer estabelecimento de ensino particular realizem nele os respectivos exames

[Decreto-Lei 408/71 de 27 de Setembro, DR 228/71 Serie I](#)

Promulga a Lei Orgânica do Ministério da Educação Nacional

[Decreto-Lei n.º 47/73. D.R. n.º 36, Série I de 1973-02-12](#)

Ministério da Educação Nacional - Gabinete do Ministro

Organiza a Inspeção-Geral do Ensino Particular, criada pelo [Decreto-Lei n.º 408/71](#), de 27 de Setembro

[Lei n.º 5/73. D.R. n.º 173, Série I de 1973-07-25](#)

Presidência da República

Aprova as bases a que deve obedecer a reforma do sistema educativo

[Decreto-Lei n.º 602/76. D.R. n.º 171, Série I de 1976-07-23](#)

Ministério da Educação e Investigação Científica - Secretaria de Estado da Administração Escolar

Dá nova redacção ao n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto do Ensino Particular

[Resolução n.º 32/77. D.R. n.º 34, Série I de 1977-02-10](#)

Presidência do Conselho de Ministros - Gabinete do Primeiro-Ministro

Oficializa os diplomas dos cursos de Direcção e Gestão de Empresas, Secretariado e Assistentes de Direcção e Correspondentes em Línguas Estrangeiras e Tradutores-Intérpretes, do Instituto Técnico de Formação Intensiva, do Porto

[Lei n.º 2/78. D.R. n.º 14, Série I de 1978-01-17](#)

Assembleia da República

Concede determinadas isenções fiscais às pessoas colectivas de utilidade pública e de utilidade pública administrativa

[Lei n.º 9/79. D.R. n.º 65, Série I de 1979-03-19](#)

Assembleia da República

Relativa às bases do ensino particular e cooperativo

[Lei n.º 65/79. D.R. n.º 230, Série I de 1979-10-04](#)

Assembleia da República

Liberdade do ensino

Decreto-Lei n.º 553/80. D.R. n.º 270, Série I de 1980-11-21

Ministério da Educação e Ciência

Aprova o Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo

Lei n.º 46/86. D.R. n.º 237, Série I de 1986-10-14

Assembleia da República

Lei de Bases do Sistema Educativo

Decreto-Lei n.º 271/89. D.R. n.º 190, Série I de 1989-08-19

Ministério da Educação

Aprova o Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo

Decreto-Lei n.º 16/94. D.R. n.º 18, Série I-A de 1994-01-22

Ministério da Educação

Aprova o Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo

O Ministério da Educação, ao longo da vida do ITFI - Instituto Técnico de Formação e Investigação:

(1936 - 1974) Ministério da Educação Nacional
(1974 - 1975) Ministério da Educação e Cultura)
(1975 - 1978) Ministério da Educação e Investigação Científica
(1978) Ministério da Educação e Cultura
(1978 e 1979) Ministério da Educação e Investigação Científica
(1978 1980) Ministério da educação
(1980 - 1981) Ministério da Educação e Ciências
(1981 - 1982) Ministério da Educação e das Universidades
(1982 - 1985) Ministério da Educação
(1985 - 1987) Ministério da Educação e Cultura
(1987 - 2011) Ministério da Educação

Os Ministros:

1968 a 1970 — José Hermano Saraiva
1970 a 1974 — José Veiga Simão
1974 — Eduardo Henrique da Silva Correia
1974 — Vitorino Magalhães Godinho
1974 — Vasco dos Santos Gonçalves (interino)
1974 — Rui dos Santos Grácio (delegação de competências)
1974 a 1975 — Manuel Rodrigues de Carvalho
1975 — José Emílio da Silva
1975 a 1976 — Victor Manuel Rodrigues Alves
1976 a 1978 — Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia

1978 — Carlos Alberto Lloyd Braga
1978 a 1979 — Luís Francisco Valente de Oliveira
1979 a 1980 — Luís Eugénio Caldas Veiga da Cunha
1980 a 1982 — Vítor Pereira Crespo
1982 a 1983 — João José Rodiles Fraústo da Silva
1983 a 1985 — José Augusto Seabra
1985 a 1987 — João de Deus Rogado Salvador Pinheiro
1987 a 1991 — Roberto Artur da Luz Carneiro
1991 a 1992 — Diamantino Freitas Gomes Durão
1992 a 1993 — António Fernando Couto dos Santos
1993 a 1995 — Maria Manuela Dias Ferreira Leite
1995 a 1999 — Eduardo Carrega Marçal Grilo

As Direcções Gerais do tempo do ITFI:

Direcção Geral do Ensino Técnico Profissional (1949 a 1972)

Direcção Geral do Ensino Particular e Cooperativo (1980-1987)

Fim.